

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 01/08/2014 - Edição 1092

Pisos salariais acumulam ganhos reais desde 2009, aponta Dieese

Os Pisos salariais negociados pelos Sindicatos nas datas-bases acumularam ganhos reais, acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), desde 2009 – quando o Dieese começou a analisar a variação desse item nas Convenções Coletivas avaliadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários do órgão.

No primeiro ano da pesquisa, 93% dos Pisos tiveram aumento real; em 2010, 94%; o percentual foi de 92% em 2011; subiu para 98% em 2012; e, em 2013, ficou em 95%.

O Dieese divulgou na semana passada os números relativos ao ano de 2013, quando foram acompanhadas 685 unidades de negociações nos setores da indústria, comércio, serviços e setor rural. No período, o aumento médio dos Pisos foi de 2,8% acima da inflação.

Avanço - Após os reajustes, o valor médio dos Pisos foi de R\$ 879,04, aproximadamente 9% maior do que a média nominal de 2012. Segundo o Dieese, os setores com maior incidência de ganhos reais no ano passado foram comércio e indústria – ambos em torno de 97%.

Reajustes abaixo da inflação apareceram no setor rural (com 7%

das negociações) e de serviços (5%). Os reajustes abaixo do INPC-IBGE se concentraram na faixa de até 1% abaixo da inflação, sendo poucas as negociações que tiveram perdas reais superiores. Nos serviços, perdas maiores que 1% foram observadas em apenas 2% das negociações do setor.

Ganhos - O economista Luis Augusto Ribeiro, técnico responsável pela pesquisa, ressalta que os resultados de 2013 foram positivos, apesar do percentual de reajuste

acima da inflação ter recuado em relação ao ano anterior (5,8%).

“O aumento médio real de 2,8% não representa um retrocesso, pois 2012 foi um ano excepcional pelo aumento do salário mínimo e por outros fatores, que contribuíram para ganhos maiores nos Pisos salariais em todo o País”, disse à Agência Sindical. Ribeiro explica que, quando analisado um período maior, de 2009 para cá, verifica-se estabilidade na média.

Fonte: Agência Sindical

VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



Vigilantes já estão na luta pelo piso nacional de R\$ 3 mil

Terceirização e corrupção

(*) Ileana Neiva Mousinho



A terceirização de serviços na Administração Pública tem sido apresentada à sociedade como uma forma do Estado brasileiro obter mais eficiência na prestação de serviços públicos. Por essa propaganda, se a Administração Pública contrata empresas prestadoras de serviços para executar atividades que não são tipicamente estatais, e concentra seus esforços nas atividades estatais típicas (saúde, educação, segurança pública), o Estado maximizaria a sua capacidade de realizar essas atividades essenciais. Por outro lado, ao cometer as atividades não estatais a empresas especializadas, o Estado aumentaria o grau de satisfação da sociedade, uma vez que, com a sua especialização, essas empresas prestariam um serviço muito melhor.

Do discurso à prática, verifica-se, hoje, a terceirização da saúde e da educação, e não apenas das atividades-meio; e casos e casos de corrupção, em que terceirização tem sido o meio utilizado para o enriquecimento ilícito.

O modo como esse mecanismo de corrupção opera inicia-se, em geral, com a contratação emergencial, com dispensa de licitação, de empresas prestadoras de serviços terceirizados ou de falsas Organizações sem fins lucrativos, que superfaturam os preços dos contratos de prestação de serviços e servem, ainda, aos interesses econômicos e eleitorais de um político que engendra a sua contratação. Além do valor contratual superfaturado ser rateado entre as empresas e o(s) administrador (es) público(s) e político(s) – ganhos financeiros – há ainda o ganho eleitoral, pois cabos eleitorais são contratados como empregados da empresa terceirizada, em burla ao concurso público e ao princípio da impessoalidade da Administração Pública.

Um outro (falso) argumento pró terceirização é de que a terceirização de serviços de saúde gera mais eficiência. Os valores repassados para as empresas prestadoras de

serviços e para pseudo organizações sociais, se fossem empregados nos serviços públicos também gerariam eficiência. Há, portanto, uma propaganda levada a efeito há muito anos para o cidadão achar que a terceirização é boa para o Estado brasileiro. No entanto, o que o cidadão atento pode observar é o contrário, pois terceirizar tem saído muito caro.

A verdade é que, ao escolher terceirizar serviços, os administradores públicos, no caso específico da saúde e educação, passaram a não investir em tais serviços. Hospitais desparelhados e anos sem fazer concurso público, ou seja, sucateamento do sistema público de saúde, para que, quando a “solução” da terceirização fosse dada, a população, desencantada com os problemas da saúde pública, ficasse satisfeita com os hospitais terceirizados.

No caso das organizações sem fins lucrativos, a justificativa estatal é que se trata do Terceiro Setor contribuir com o Estado, para a realização de suas atividades essenciais. Um exame do que ocorre na realidade destrói esse argumento. Basta verificar-se que, se há alegação de carência de recursos estatais para a prestação de serviços de saúde e educação, só haveria real ajuda dessas organizações sem fins lucrativos se elas trouxessem recursos financeiros adicionais para o Estado, de modo a suplementar a capacidade financeira estatal, e, assim, juntos prestarem os serviços de educação e saúde.

O que se observa, porém, é que essas pseudo entidades sem fins lucrativos, recebem recursos do Estado e não entregam bens ou recursos financeiros para suplementar a capacidade estatal de prestar serviços públicos. São contratadas, apenas, com a alegação de que têm especialização naquela área, que sabem administrar muito bem. Em suma, essas Organizações Sociais e congêneres, vendem, tão somente, a terceirização, e, como demonstram os processos judiciais, na grande maioria dos casos, no bojo dessa terceirização, encontra-se a corrupção.

É urgente, portanto, que a sociedade manifeste-se contra a terceirização nas atividades estatais típicas e exija maior transparência nos contratos de prestação de serviços terceirizados nas atividades-meio, exigindo-se, por exemplo, que nas páginas de transparência sejam publicadas as planilhas de custos e formação de preços dos contratos; as datas em que foram efetuados os pagamentos das faturas; os nomes e CPFs dos empregados terceirizados lotados em cada posto de trabalho, de modo a evitar-se empregados fantasmas e a utilização do nome e CPF de um mesmo empregado em vários contratos.

(*) Ileana Neiva Mousinho é Procuradora do MPT/RN

Dilma promete manter direitos trabalhistas e valorização dos salários



Dilma discursa em ato para mais de 600 cutistas

A presidenta Dilma comprometeu-se, quando reeleita, em manter todos os direitos trabalhistas existentes, impedir a retirada de qualquer avanço conquistado no mercado de trabalho nos últimos anos e continuar o processo de conquista de aumentos reais de salários, a partir da promessa de preservar a atual política de valorização do salário mínimo, instrumento que alavanca todos os rendimentos trabalhistas do País.

Ela fez essas promessas diante de uma plateia de mais 600 dirigentes sindicais da CUT, todos delegados à 14ª Plenária Nacional da CUT, no final da tarde desta quinta-feira, dia 31, em Guarulhos (SP).

Os delegados e as delegadas da CUT interromperam a plenária e foram em passeata ao primeiro ato oficial organizado pela campanha da

presidenta à reeleição, realizado em uma casa de espetáculos da cidade.

“Eu não fui eleita nem serei reeleita para reduzir salário de trabalhador nem para colocar nosso País de joelhos diante de quem quer que seja”, disse a presidenta Dilma, logo nos primeiros momentos de seu discurso. “Eu não sou uma pessoa pretenciosa, e posso não acertar sempre, nem agradar a todos, mas eu jamais traio os meus compromissos nem minha parceria”, completou.

Dilma também lembrou que o Brasil, assim como o restante do mundo, está enfrentando a “maior crise econômica desde 1929”, mas que o País o faz de forma diferente da maioria. “O Brasil está enfrentando a crise de forma a continuar a crescer. Por isso, tomamos todas as medidas para preservar o que há de mais importante: o emprego”.

Citando indiretamente a candidatura de Aécio Neves (PSDB), que recentemente afirmou a uma plateia de empresários que pretende flexibilizar a legislação trabalhista, Dilma afirmou: “Não temos de adaptar direitos trabalhistas. Se for para mexer, tem de ser para ampliar, mudar no bom sentido”, citando como exemplo a extensão dos direitos às trabalhadoras domésticas, através de política aprovada em seu governo. “Tem quem diz por aí que vai flexibilizar. Para esses, na hora do vamos ver, a culpa é sempre do trabalhador”, completou.

Para a presidenta, que recebeu o apoio formal da CUT à sua candidatura à reeleição, “o que vai estar em jogo nessa campanha é como vamos assegurar que o povo avance em direitos, e não voltar para trás”.

E antecipou o que pode ser um dos slogans de sua campanha: “Se na eleição de Lula dissemos que a esperança venceu o medo, nesta eleição a verdade vai vencer o pessimismo e a mentira”, lembrando que a oposição e setores da imprensa profetizaram que o Brasil sofreria vários problemas como o fracasso da Copa, apagão elétrico ou descontrole da inflação, nenhum confirmado no mundo real.

“O que vimos foi o contrário, a Copa foi um sucesso e o Brasil mostrou que tem um povo muito hospitaleiro, alegre e civilizado. Demos uma goleada nos pessimistas. Nesta eleição, temos que fazer a mesma coisa. Temos que dar

uma goleada nos pessimistas”, acrescentou.

Nesta semana, o governo Dilma sofreu e desmentiu outra acusação futura, a de que haverá aumento geral de tarifas caso ela seja reeleita.

Dilma criticou o governo paulista, do PSDB, pela crise no abastecimento de água. “A verdade vence a falsidade e o pessimismo quando a gente lembra o que aconteceu na Copa. Todos os jornais diziam que faltaria energia no Brasil. Não vai faltar energia no Brasil, mas em São Paulo pode faltar água. Nós [governo federal] tomamos todas as providências para que no Brasil não falte energia elétrica”, comparou.

Dilma buscou demonstrar ainda descontração, como ao responder com reciprocidade a um grito de “eu te amo” vindo da plateia e, ao final, descer do palco para abraçar os delegados e delegadas cutistas. No início do discurso, afirmou que “receber o apoio da CUT é uma honra. A CUT representa o povo na construção da democracia e na luta por um país mais justo”.



Padilha, Rosane, Dilma, Vagner e Marinho na entrega da Plataforma

Plataforma da CUT

Dilma recebeu da CUT a Plataforma CUT da Classe Trabalhadora, um documento com propostas elaboradas pela Central para que a candidata as adote como programa de governo.

Carmen Foro, vice-presidente da CUT, e Rosane Silva, secretária nacional da Mulher Trabalhadora, leram uma carta preparada pela entidade para explicitar e fundamentar o apoio à reeleição. A candidata também recebeu documentos com propostas dos servidores públicos e das trabalhadoras domésticas.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, foi enfático ao defender o apoio e pedir mais mudanças à candidata. “Queremos mais crescimento com distribuição de renda”. Ele reivindicou a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o fim do fator previdenciário, a regulamentação da convenção 151 da OIT - que trata de negociação no serviço público - reforma agrária, valorização da

agricultura familiar e igualdade de direitos para mulheres.

“Só vemos uma condição para fazer esta transformação: tendo mais Dilma para fazer, pois os outros [candidatos] não vão fazer”, disse Vagner. “Estamos do mesmo lado e não somos o Banco Santander. Se o Santander está do outro lado, nós estamos com Dilma para mudar o Brasil,” comparou o sindicalista, em referência ao episódio em que o banco emitiu comunicado a alguns correntistas em que relaciona a eventual reeleição de Dilma a efeitos negativos para a economia.

“E isso só tem uma condição para acontecer: mais Dilma. Os demais serão mais FMI, redução de direitos, diminuição das políticas públicas hoje conquistadas. Estamos aqui com a senhora porque será bom para nós e para nossos filhos”.

Padilha governador

Alexandre Padilha também participou do ato. O ex-ministro da Saúde e candidato a governador de São Paulo foi saudado por Vagner como o “homem que vai tirar o Estado do atraso”. Padilha fez um breve discurso ao final do ato, na rua em frente ao local do evento. “A mudança vai começar por Guarulhos”, disse.

Estiveram presentes também o presidente do PT, Rui Falcão, os ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil), Ricardo Berzoini (Relações Institucionais), e os prefeitos de São Bernardo, Luiz Marinho, também coordenador da campanha de Dilma no Estado de São Paulo, e de Guarulhos, Sebastião Almeida.

Fonte: Isaías Dalle - CUT e Agência Brasil

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF